

Especialistas discutem os impactos da Inteligência Artificial nas eleições no último dia de painéis

O painel “Eleições 2026: IA, crime organizado e os limites da democracia” contou com as participações de Ricardo Vita Porto, Advogado especializado em Direito Eleitoral, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SP; Paulo Hamilton Siqueira Júnior, Advogado, Ex-Juiz do Tribunal Regional de São Paulo, Especialista em Direito Eleitoral e Luiz Rossini, Presidente da Câmara Municipal de Campinas. A mediação foi feita por Michele Achcar, Advogada e Consultora Jurídica da União dos Vereadores do Estado de São Paulo.

Paulo Hamilton iniciou lembrando que estamos sob hedge da Constituição, porém temos duas forças assimétricas de desestabilização. “De um lado, nós enfrentamos a ameaça virtual e material de escala geométrica proporcionada pelo avanço sem precedentes da Inteligência Artificial”, disse, explicando que o pior são as estratégias de desinformação que são criadas de forma algorítmica. “De outro, nós nos deparamos com uma ameaça territorial, física e violenta, representada pela infiltração do crime organizado e das denominadas milícias, nas esferas de representação política e no próprio financiamento de campanha”, completou, questionando até que ponto o regime democrático deve tolerar discursos e práticas que ameaçam a democracia.

Ao falar sobre informações divulgadas nas redes sociais ele mencionou o termo uberização da verdade, que filtra o mundo real e reconstrói para o usuário uma ilusão do conhecimento. Ainda segundo o especialista, as pessoas hoje estão iludidas pela desinformação e as campanhas passaram a ter disputas por narrativas simbólicas. Dessa forma, o eleitor escolhe verdades convenientes, através da influência do algoritmo e pensamento de grupo, substituindo o debate de propostas por emoções brutas.

Outra ameaça para o processo eleitoral é a atuação do crime organizado. “Eles estão se tornando cada vez mais organizados. Estão mudando, alterando a sua forma de atuação e não estão operando apenas à margem da lei. Eles buscam agora se integrar ao poder público para garantir sua impunidade e expandir seus negócios”, alertou Hamilton.

Ainda segundo o advogado, o risco de termos territórios inteiros sob o controle eleitoral das facções e milícias é real, pois há locais onde candidaturas de oposição são proibidas de entrar e o eleitor é coagido a votar no candidato chancelado pelo crime local. A resposta jurisprudencial para isso tem sido uma atuação de fiscalização, de verificação do crime organizado.

“Na questão da liberdade de expressão, a resposta dos nossos tribunais tem sido que a democracia não é um pacto de suicídio. A liberdade de expressão não pode ser utilizada como escudo para destruir as instituições que garantem a democracia”,

ponderou, completando que não pode haver discurso de ódio, ideias contrárias à ordem constitucional e ao estado democrático de direito. As eleições vão exigir de todos uma postura ativa e a busca pela transparência algorítmica.

Influência no eleitorado

Questionado por Michele Achcar sobre o papel dos influencers nesse processo, Hamilton considerou que a internet é um meio de comunicação e os influencers são cidadãos que têm o direito de trazer sua opinião, mas que deve haver limites.

Para Ricardo Porto, o processo das eleições vai ser cada vez mais complexo com o avanço da tecnologia, e ele prevê um 2028 com uma dinâmica mais impactada do que em 2026. Porto se demonstrou impressionado com o salto tecnológico das últimas eleições para essa, sendo que hoje é praticamente impossível detectar se um vídeo é verdadeiro ou falso e que essa é uma questão muito difícil de regulamentar. Ele esclareceu que a IA pode ser usada em campanhas, mas que há regras para isso, como a rotulagem explícita de que a IA foi utilizada no material e retirada do vídeo do ar entre 72 horas antes e 24 horas depois das eleições. “Deve ser proibido conteúdo negativo que venha imputar algum fato inverídico que vise causar prejuízo eleitoral a um adversário”, alertou. “A produção de um fato inverídico com objetivo de desacreditar adversário exige atuação muito rápida e séria”.

Além disso, as plataformas devem fazer sua parte e impedir a replicação de vídeos proibidos. Sobre a questão dos influencers ele completa dizendo que eles podem expressar sua opinião, mas que a legislação proíbe a contratação desses profissionais para esse fim.

Planejamento e campanhas virtuais

Achcar acrescenta ao debate. “A gente precisa, sim, ter um olhar mais cuidadoso para tudo isso, principalmente se a gente pensar em nível municipal daqui a dois anos. E vejo que tudo isso, essas atuações sinérgicas dos tribunais, também dos partidos, dos candidatos, traz uma nova visão, uma nova estruturação”, disse, questionando Porto sobre como deve ser o planejamento de campanha nesse cenário.

Porto explica que, hoje em dia, é necessário que os candidatos façam também campanha virtual, que ele precisa se adequar para ter relevância, mas que as campanhas eleitorais têm que se adequar à legislação brasileira.

Para Luiz Rossini, um fato que ninguém pode negar é que as redes sociais vieram para ficar e impactam a sociedade em todas as áreas, inclusive na forma de fazer política. Ele acredita que o político precisa estar presente nas redes sociais para sobreviver no meio. A IA é permitida no processo eleitoral, mas com as condicionantes já apresentadas. “Por um lado, as redes sociais trouxeram uma certa democratização para os candidatos de partidos menores que não têm recursos como um partido grande e nem tempo igual de rádio e televisão. Ela permite se comunicar com a sociedade, com seus eleitores, pelas redes sociais e em igualdade de condições. Isso por um lado é positivo”, ponderou. Segundo o político, a forma como a população tem feito uso dessas ferramentas é que preocupa. A legislação tem apontado o que pode e não pode, mas falta limites éticos.

Rossini aponta que as redes sociais atraem através da polêmica, de linguagem agressiva, e que esses mecanismos têm gerado um emburrecimento, diminuindo a capacidade de raciocínio crítico das pessoas. Outra questão apontada por ele é a artificialização do candidato, com discursos criados por IA que não são condizentes com a realidade. O político critica ainda a polarização, que impede as pessoas de ouvirem candidatos que não estão nos extremos. “As pessoas tendem a frequentar as bolhas de informação, os ambientes, as redes sociais, que só vão ter pessoas que pensam como ela. E as informações que chegam ali só reforçam aquilo que ela já acredita. Ela não está nem mais aberta para ouvir um contraponto, porque nem chega a contra-informação para ela. Então são bolhas que acabam, inclusive, decidindo o voto”, apontou. Para resolver essas questões ele apontou que são necessárias regras para as plataformas e um processo de educação que envolva todas as camadas da sociedade.

O 9º CONEXIDADES é uma realização da Multiplicidades, tendo Campos do Jordão como cidade anfitriã. A curadoria do evento é da UVESP, Conexão Municipalista e Projeto Cidade. O evento conta com o patrocínio da Monte Carlo Multipropriedade, Sebrae, Valid, Itaú, Grupo Terracom, Sabesp e Prodesp; copatrocínio da Caixa Econômica Federal e do Governo do Brasil; apoio educacional do SENAC, da FDE e da Secretaria da Educação do Estado; além do apoio da CDHU, Detran-SP, Metrô de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Banco do Brasil e Governo do Brasil.

Informações para a imprensa:

Assimptur

Eliria Buso - imprensa@assimptur.com.br

Claudia Costa - jornalismo@assimptur.com.br